

SUMÁRIO

Capítulo 1

Introdução – disposições preliminares..... 17

1.1. Alterações legislativas..... 25

1.2. A lei 13.257/2016 Na tutela da primeira infância..... 30

1.3. Base principiológica do eca: doutrina da proteção integral, princípio do melhor interesse do menor e absoluta prioridade..... 52

1.4. Medidas de proteção..... 59

1.5. Medidas socioeducativas 62

1.6. Distinções básicas entre as medidas de proteção e as socioeducativas 64

1.7. Conceito de criança e adolescente 65

1.8. Absoluta prioridade 67

• Tópico-síntese..... 67

Capítulo 2

Do direito à vida e à saúde..... 69

2.1. Do direito à vida e à saúde 69

2.1.1. Obrigações dos estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes 70

• Tópico-síntese..... 72

Capítulo 3

Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade..... 73

• Tópico-síntese..... 74

Capítulo 4

Do direito à convivência familiar e comunitária 75

4.1. Acolhimento familiar e institucional 78

4.2. Modalidades de família e distinção para as formas de acolhimento . 78

4.2.1. Modalidades de colocação em família substituta 80

4.2.1.1. Guarda.....	80
4.2.1.2. Tutela.....	83
4.2.1.3. Adoção	86
• Tópico-síntese.....	100

Capítulo 5

Direito à educação, cultura, esporte e lazer 101

5.1. Direitos das crianças e adolescentes e dos pais ou responsáveis	101
5.2. Obrigação dos pais ou responsável	103
5.3. Comunicação ao conselho tutelar	103
• Tópico-síntese.....	104

Capítulo 6

Do direito à profissionalização e à proteção ao trabalho e

demaís direitos..... 105

6.1. Idade para o trabalho e suas condições.....	105
6.2. Aprendizagem.....	106
• Tópico-síntese.....	108

Capítulo 7

Da prevenção 109

7.1. Da informação, cultura, lazer, esportes, diversões e espetáculos.	109
7.2. Dos produtos e serviços	111
7.3. Da autorização para viajar e da coibição ao sequestro internacional pela convenção de haia.....	113
• Tópico-síntese.....	120

Capítulo 8

POLÍTICA DE ATENDIMENTO 121

8.1. Espécies de entidades e a lei 12.594/12.....	125
8.2. Registro das entidades.....	130
8.3. Responsabilidade do dirigente e fiscalização das entidades.....	130
8.4. Medidas aplicáveis às entidades de atendimento.....	130
8.5. Da fiscalização das entidades de atendimento.....	131

8.6. Inovações trazidas pela lei 12.594/12.....	131
• Tópico-síntese.....	135
Capítulo 9	
MEDIDAS DE PROTEÇÃO.....	137
• Tópico-síntese.....	144
Capítulo 10	
Ato infracional.....	145
10.1. Conceito e momento do ato infracional.....	145
• Tópico-síntese.....	149
Capítulo 11	
Das medidas socioeducativas em espécie.....	151
11.1. Internação.....	154
11.1.1. Prazos da internação.....	154
11.1.2. Hipóteses de admissibilidade da medida de internação.....	156
11.1.3. Direitos e garantias do adolescente internado.....	157
11.1.4. Demais alterações promovidas pela Lei 12.494/12.....	161
• Tópico-síntese.....	161
Capítulo 12	
Das medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis.....	163
12.1. Medidas em espécie.....	163
12.2. Afastamento do agressor da moradia comum e o princípio do juízo imediato.....	164
• Tópico-síntese.....	165
Capítulo 13	
Conselho tutelar.....	167
13.1. Natureza e formação.....	167
13.2. Requisitos para a candidatura.....	168
13.3. Impedimentos.....	169
13.4. Atribuições.....	169
• Tópico-síntese.....	171

Capítulo 14

Do acesso à justiça.....	173
14.1. Competência territorial	177
14.2. Competência em razão da matéria.....	178
14.3. Competência administrativa.....	179
• Tópico-síntese.....	179

Capítulo 15

Aspectos mais importantes de alguns procedimentos pre- vistas no estatuto	181
15.1. Da perda e da suspensão do poder familiar.....	181
15.2. Da destituição da tutela	184
15.3. Da colocação em família substituta	185
15.4. Da apuração de ato infracional atribuído a adolescente	186
• Tópico-síntese.....	196

Capítulo 16

Recursos.....	197
16.1. Adaptações no sistema recursal adotado.....	197
• Tópico-síntese.....	201

Capítulo 17

Infrações previstas no ECA.....	203
17.1. Espécies de infrações.....	203
17.2. Infrações penais em espécie.....	203
17.3. Artigo 233.....	213
17.4. Pornografia infantil, não necessariamente pedofilia – análise dos artigos 240 e 241, alterados pela lei 11.829/2008.....	223
17.5. A competência na visão dos tribunais superiores.....	243
17.6. Das infrações administrativas e do procedimento de apuração	272
17.7. Infrações administrativas em espécie	277
• Tópico-síntese.....	304